

## GOVERNO ELETRÔNICO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NOS WEBSITES DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

**José Carlos Sales dos Santos**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
Brasil

### RESUMO

As tecnologias da informação e comunicação potencializam, a partir da Internet, um espaço para a discussão e deliberação política, aproximando cidadãos e governos através de recursos interativos como *e-mails*, fóruns, ouvidoria *on-line*, *chats* e outros. Observa-se, dessa forma, o crescente esforço e investimento dos governos e representantes políticos em organizar, gerenciar e disponibilizar informações de interesse público na *Web*, constituindo o governo eletrônico. Destarte, o objetivo deste artigo pretende investigar as condições de participação política dos cidadãos a partir das ferramentas interativas disponibilizadas nos *websites* dos deputados do Estado da Bahia. Com o caráter descritivo, esta pesquisa procurou identificar apenas os *sites* dos deputados registrados na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (ALBA). Na tabulação dos dados, adaptou-se o quarto nível do formulário *Níveis de Participação dos Cidadãos: a Escola de Avaliação* – proposto por Marques (2007), para uma planilha do software *Excel* e, para a discussão destes, utilizou-se a análise quali-quantitativa. Os resultados desta pesquisa demonstram o estado incipiente dos *websites* dos deputados do Estado da Bahia quanto às oportunidades de participação política em rede, distando dos princípios que regem o governo eletrônico. Este trabalho apresenta parte dos estudos que auxiliarão o projeto de pesquisa em desenvolvimento pelo presente autor no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA).

**Palavras-Chave:** Governo Eletrônico; Ambiente *Web*; TICs; Participação Política; Democratização da Informação; Acesso à Informação; Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (ALBA).

### INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TICs) revela, na contemporaneidade, transformações substanciais no *modus operandi* das diversas instâncias sociais, como a economia e política. A Internet configura-se como uma rede profícua para a transferência das atividades humanas tradicionais

(saúde e educação, por exemplo) para uma cultura cibernética (ou cibercultura), pois a mesma viabiliza a produção e o compartilhamento de informação/conteúdos informacionais<sup>i</sup> a partir de computadores interconectados. Essas transformações reconfiguram, sobretudo, o processo das relações sociais por aproximar virtualmente os indivíduos outrora dispersos no espaço geográfico.

O avanço da Internet associado às tecnologias de informação e comunicação promove efeitos diretos nos setores públicos e na sociedade civil. Segundo Pinho (2008), essas consequências condizem às reformulações das atividades governamentais, no que tange ao acesso à informação fomentada pelo Estado, na ampliação da transparência de informações das atividades do governo, possibilidades de articulação e cobrança de serviços do setor público, entre outras. Dessa forma, os cidadãos passam a contar com canais informativos disponibilizados diretamente pelos governos, preterindo o crivo ideológico das organizações detentoras dos tradicionais meios de comunicação.

Como consequência, a Internet tornou-se objeto de especulação no campo político. Com o potencial de interatividade e compartilhamento em rede, os governos procuram disponibilizar para os cidadãos condições diversas para o acesso às informações governamentais, visando resolver (em tese) o déficit de participação política dos indivíduos – importante iniciativa para a consolidação do processo democrático. Destarte, o governo eletrônico (*E-Gov*, E-Governo), a partir das tecnologias de informação e comunicação, assiste ao desenvolvimento de *sites* restritos à disseminação de informações produzidas pelos governos, objetivando a aproximação e a interação com os cidadãos (GONTIJO, 2002). Esse processo, segundo a autora, compreende a democratização do acesso à informação, a universalização na prestação de serviços públicos e a redução das desigualdades sociais e regionais. A partir desses pressupostos, o objetivo deste artigo pretende investigar as condições de participação política dos cidadãos, a partir de ferramentas interativas disponibilizadas nos *websites* dos deputados do Estado da Bahia.

Exposta esta introdução, a segunda seção discute com brevidade a relação entre governos e cidadãos a partir das premissas do governo eletrônico; a terceira explica o objetivo da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (ALBA); a seção seguinte relata os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho; a quinta

seção discute os dados iniciais; e, por último, se apresenta as considerações finais. Este trabalho apresenta parte dos estudos que estão sendo desenvolvidos no âmbito do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA).

## **2 GOVERNO ELETRÔNICO E POLÍTICAS PÚBLICAS: APROXIMAÇÕES ENTRE GOVERNOS E CIDADÃOS**

A Internet desvencilhada dos *ciberentusiasmos*<sup>ii</sup> apresenta vantagem à participação política. Gomes e Maia (2008, p.307-313) destacam sete pontos importantes dos “novos” meios de comunicação para a democratização, sintetizados abaixo:

1. Superação os limites tempo/espaço para a participação política;
2. Expansão e qualidade do estoque de informação online;
3. Comodidade, conforto, conveniência e custo;
4. Facilidade e extensão de acesso;
5. Sem filtros e nem controles;
6. Interatividade e interação;
7. Oportunidades para vozes minoritárias ou excluídas.

Com a vantagem de custos baixos e maior rapidez na disseminação da informação, parece existir um crescente esforço e investimento dos representantes políticos em disponibilizar informações de interesse público através da *Web*, característica observada no crescimento considerável de *websites* governamentais para, em tese, ampliar a participação popular.

Giddens (2001, p.83), dissertando sobre a relação do Estado com a sociedade civil, afirma que este primeiro

[...] deveria expandir o papel da esfera pública, o que significa reforma constitucional dirigida para maior transparência e abertura, bem como introdução de novas salvaguardas contra a corrupção, [pois] os governos e cidadãos vivem agora cada vez mais num único ambiente de informação.

Com a estruturação da Internet no Brasil na Década de 90, os governos incorporam à administração pública as tecnologias de informação e comunicação para garantir e alargar a qualidade dos serviços governamentais. Engendrados no

poder de inserção e circulação, tornou-se imperativo alinhar as TICs às práticas políticas visando à redução dos custos, prestação das contas aos cidadãos e acesso às informações e serviços governamentais, constituindo o governo eletrônico. No entanto, observa-se que alguns governos utilizam os recursos viabilizados pela Internet de forma limitada, amadora, sem interatividade mútua, como autêntica “vitrine” política.

Pinho (2008) entende governo eletrônico como recorrência a equipamentos e procedimentos advindos da informática e comunicação eletrônica que visam disponibilizar informações e serviços governamentais aos cidadãos. Ainda segundo o mesmo autor, a implantação do governo eletrônico está restrita à instalação de portais governamentais para ampliar a eficiência do governo, assim como acréscimo da transparência e participação da sociedade civil no governo.

O governo eletrônico na concepção de Barbosa, Faria e Pinto (2004) condiz ao aproveitamento das tecnologias de informação e comunicação para a prestação de serviços públicos, reconfigurando a interatividade entre o governo e o cidadão, entre o governo e as empresas e entre os próprios organismos pertencentes ao governo. As relações entre governos e cidadãos, de acordo com os esses autores, propiciam mudanças na gestão pública a partir de políticas públicas centradas na eficiência e na transparência das atividades governamentais e profissionalização dos servidores e gestores públicos. Esses autores também apresentam um modelo de referência que explora quatro categorias de relacionamento entre o governo e a sociedade, conforme apresentado no Quadro 1.

<b>Categoria</b>	<b>Caracterização</b>
<b>G2B – Governo- Empresa</b>	Caracterizada pela interação do governo com as empresas do setor privado na troca de informações e processamento de transações eletrônicas, buscando reduzir no máximo as barreiras para se fazer negócios com o governo;
<b>G2C – Governo- Cidadão</b>	Caracterizada pela interação do governo, de forma ampla e completa, com o cidadão, provendo a ele informações e serviços públicos que atendam as suas necessidades de contribuinte, controlador das ações de governo, beneficiário e usuários dos serviços públicos ao longo do ciclo de vida – infância, adolescência, maioridade, terceira idade;
<b>G2E – Governo- Servidor Público</b>	Caracterizada pela interação do governo com os funcionários de serviço público, provendo informações e prestando serviços necessários para o desenvolvimento de suas atividades profissionais e benefícios decorrentes da sua relação com o governo;

<b>G2G – Governo-Governo</b>	Caracterizada pela interação dos diferentes agentes governamentais e governos nas diferentes esferas (municipal, estadual e federal), provendo informações, prestação de serviços processamento de transações para o desenvolvimento de suas atividades.
------------------------------	--

**Quadro 1: Categorias de Relacionamento entre Governo e Sociedade.**

Fonte: Elaborado pelo autor, baseada no modelo de Barbosa, Faria e Pinto - 2004.

Marcondes e Jardim (2003) explicam que o governo eletrônico originou-se das políticas públicas desenvolvidas, sobretudo, em países anglo-saxônicos. As políticas públicas informacionais, por sua vez se constituem em um elenco de “[...] premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social que contemplam os diversos aspectos [...] relativos à produção, uso e preservação da informação de natureza pública e privada” (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009).

Entretanto, Gontijo (2002, p.181) fundamentada em Frohmann, adverte que a literatura existente na área de Ciência da Informação interpreta às políticas de informação no prisma da produção documental e arquivística governamental, e “[...] restringe os estudos aos problemas da produção, organização e disseminação da informação científica e técnica [...]”. As políticas públicas devem transcender esses aspectos tecnicistas e concentrar-se na “[...] informação como elemento transformador da sociedade nas esferas governamentais, organizacionais e privadas” (MARCIANO, 2006, p.44).

As atividades inerentes aos *websites* (transparência e conteúdos das ações governamentais) contribuem para a melhoria dos processos interativos entre os governos e os cidadãos Gomes (2005), Marques (2005) e Pinho, Iglesias e Souza (2006). Os *websites* devem promover a interação entre o governo e os cidadãos e a transparência governamental por meio da informação, mesmo que as “[...] tentativas de democratização via ambiente digital não funcionem perfeitamente, ou que nem todos os cidadãos queiram participar (ou não tenham como participar) de modo espontâneo e cívico” (MARQUES, 2005, p.139). Por esse motivo, seria contraproducente desconsiderar a importância das políticas de inclusão digital, pois essas se revelam fundamentais para a participação política, ampliando o acesso a conteúdos informacionais digitais às camadas sociais menos favorecidas. Assim, compete ao governo e representantes políticos atentarem para o potencial

informacional da Internet, com iniciativas que promovam interconexões com os cidadãos, fomentando as políticas de inclusão sócio-digital, a participação e a discussão política.

Existem diversos estudos que abordam essas questões relacionadas à Internet, informação e participação política no Brasil, a exemplo dos trabalhos de Pereiras, Cardoso e Pereiras (2004), Borges, Nascimento e Silva (2005), Egler (2005), Polat (2005), Santos (2005), Marzouki e Méadel (2006) Amaral e Pinho (2008), entre tantos outros. A presente pesquisa propõe, no entanto, investigar os *websites* dos Deputados do Estado da Bahia, a partir das informações existentes no *site* da Assembléia Legislativa da Bahia (ALBA). Adotar-se-á a tabela dos níveis proposta por Marques (2007), mais precisamente o quarto nível, que trabalha com o “ideal” de participação política dos cidadãos através das páginas da Internet com informações políticas aprofundadas, “[...] disposto a envolvê-lo no processo de produção da decisão política”.

### **3 A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA**

A Assembléia Legislativa da Bahia (ALBA), localizada no Centro Administrativo da Bahia (CAB), em Salvador, representa o Poder Legislativo através dos deputados estaduais do Estado da Bahia, órgão superior legislativo de cada Estado. Atualmente conta com 63 (sessenta e três) deputados estaduais, na 16ª legislatura (2007-2011), eleitos pelo voto direto.

O deputado estadual, de acordo com a Constituição brasileira de 1988, é compreendido como o representante do povo na esfera estadual e o mandato compreende 4 (quatro) anos, com a possibilidade de reeleição. Compete ao deputado estadual “[...] legislar, propor, emendar, alterar, revogar e derrogar leis estaduais. Além de fiscalizar as contas do governo estadual, criar comissões parlamentares de inquérito e outras atribuições referentes ao cargo [...]” (FREITAS, 200-?).

A definição para a pesquisa dos deputados estaduais da ALBA como objeto de análise converte-se à imputabilidade desses para representar o povo da esfera estadual, exercendo atividades que viabilizem as aspirações da população, a partir



de discussões e aprovação das áreas econômicas e sociais. O recorte da pesquisa justifica-se pela incipiência de estudos relacionados à Assembléia, apresentando, assim, um objeto pouco explorado.

Desse modo, o objetivo deste artigo é apresentar as condições de participação política dos cidadãos a partir das ferramentas interativas disponibilizadas nos *websites* dos deputados do Estado da Bahia. Aspectos relacionados ao modelo de avaliação, assim como o método, técnica e instrumento aplicado à pesquisa, serão analisados na próxima seção com os procedimentos metodológicos.

#### **4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este trabalho apresenta-se como uma pesquisa de campo de natureza descritiva. Utilizou o método de *surveys* para reunir todos os deputados do Estado da Bahia e verificar quais destes possuíam páginas pessoais na Internet registradas no *síte* da ALBA. Para a coleta de dados, aplicou-se o formulário dos **Níveis de Participação dos Cidadãos: a Escala de Avaliação** (instrumento de pesquisa), desenvolvido e proposto por Marques (2007). É importante ressaltar que foram adaptadas as ferramentas do quarto nível por esta aproximar “[...] do que pode ser idealmente oferecido para aperfeiçoar a participação política dos cidadãos através dos *websites* dos [deputados]” (MARQUES, 2007, p.8). Para a tabulação dos dados, adaptou-se o formulário para uma planilha do *software Excel*, e para a discussão destes utilizou-se a análise quali-quantitativa.

O estudo envolve apenas os deputados que possuem *websites* registrados na ALBA para, na análise posterior, verificar as possibilidades de participação dos cidadãos a partir dessas páginas. Ressalta-se que este trabalho apresenta dados preliminares que auxiliarão a pesquisa de mestrado em andamento.

#### **5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

O levantamento dos dados na página da Assembléia Legislativa da Bahia aconteceu em dois momentos: maio e dezembro de 2009. A pesquisa realizada em

dezembro objetivou confirmar ou atualizar os dados obtidos na primeira etapa da pesquisa. Ressalta-se que não houve avanços no intervalo dos meses analisados, ou seja, os dados obtidos permanecem sem alterações.

Dentre 63 (sessenta e três) deputados estaduais analisados, apenas 22 (vinte e dois) possuíam *websites*, aproximadamente 35% do universo. As páginas dos deputados Joécio Martins, Fátima Nunes e Ronaldo Carletto estavam inativas nos dois períodos pesquisados, impossibilitando a análise das mesmas. Segue a relação dos *websites* dos deputados analisados:

<b>PARTIDO</b>	<b>DEPUTADO ESTADUAL</b>	<b>WEBSITE</b>
<b>DEMOCRATAS</b>	Eliedson Ferreira	<a href="http://www.eliedsonferreira.com.br">http://www.eliedsonferreira.com.br</a>
	Heraldo Rocha	<a href="http://www.heraldorocha.com.br/">http://www.heraldorocha.com.br/</a>
	Júnior Magalhães	<a href="http://www.juniormagalhaes.com.br/">http://www.juniormagalhaes.com.br/</a>
	Rogério Andrade	<a href="http://www.rogerioandrade.com.br/">http://www.rogerioandrade.com.br/</a>
<b>PMDB</b>	Arthur Maia	<a href="http://www.arthuroliveiramaia.com.br/">http://www.arthuroliveiramaia.com.br/</a>
	Virgínia Hagge	<a href="http://www.virginiahagge.com.br/">http://www.virginiahagge.com.br/</a>
<b>PR</b>	Gilberto Brito	<a href="http://www.gilbertobrito.com.br/">http://www.gilbertobrito.com.br/</a>
	Sandro Régis	<a href="http://www.sandroregis.com.br/">http://www.sandroregis.com.br/</a>
<b>PSB</b>	Capitão Tadeu	<a href="http://www.capitaotadeu.com.br">http://www.capitaotadeu.com.br</a>
	Isaac Cunha	<a href="http://www.isaac Cunha.com.br/">http://www.isaac Cunha.com.br/</a>
	Waldenor Pereira	<a href="http://www.waldenor.com.br/">http://www.waldenor.com.br/</a>
	Yulo Oiticica	<a href="http://www.yulo.com.br/">http://www.yulo.com.br/</a>
	Zé Neto	<a href="http://www.zeneto.com.br/">http://www.zeneto.com.br/</a>
<b>PP</b>	Luiz Augusto	<a href="http://www.deputadoluizaugusto.com.br/">http://www.deputadoluizaugusto.com.br/</a>
<b>PSDB</b>	Sérgio Passos	<a href="http://www.sergiopassos.com.br/">http://www.sergiopassos.com.br/</a>
<b>PTN</b>	João C. Bacelar	<a href="http://www.joaocarlosbacelar.com.br/">http://www.joaocarlosbacelar.com.br/</a>
<b>PC DO B</b>	Edson Pimenta	<a href="http://www.edsonpimenta.com.br/">http://www.edsonpimenta.com.br/</a>
	Javier Alfaya	<a href="http://www.javier.com.br/">http://www.javier.com.br/</a>
<b>PRP</b>	Antônia Pedrosa	<a href="http://www.antoniapedrosa.com/">http://www.antoniapedrosa.com/</a>

**Quadro 2: Deputados Estaduais e os Respective *Websites* Analisados.**

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observou-se, nas análises empreendidas, que os *websites* convertiam-se em vitrine política dos deputados. As informações disponibilizadas relatavam, prioritariamente, a atuação dos políticos no âmbito governamental, além de compilar outras páginas de utilidade pública, como o Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), Bombeiros, Polícia Militar, entre outros. Quanto às possibilidades de participação, as ferramentas interativas oferecidas nas páginas limitavam-se, em linha geral, em disponibilizar *e-mails* e telefone para contato.



A maioria dos deputados analisados disponibilizava vídeos e áudios relativos às suas atividades políticas. Porém, esses recursos audiovisuais condizem ao modelo de comunicação assimétrica, ou seja, de sentido único, distante da concepção prevista da comunicação simétrica (interativa). Outro ponto importante observado condiz ao acesso e disseminação de boletins eletrônicos, uma vez que o usuário receberia na caixa de *e-mail*, a partir do cadastro prévio, informações atualizadas relativas ao seu representante político.

Nos *websites* analisados, não foram encontrados fóruns públicos para discussão. O fórum constitui-se um importante canal para participação política, pois permite a proposição de assuntos variados que, por assim dizer, se originariam do interesse público. Os fóruns de discussão permitem, também, estabelecer redes entre atores sociais como cidadão-político, político-cidadão e cidadão-cidadão. O principal canal para a interação utilizado pelos deputados a utilização de *e-mail* e telefone, e em muitos casos o usuário deveria preencher os campos preestabelecido do sistema para encaminhar a mensagem ao deputado.

Parece haver pouco interesse entre os deputados quando o assunto é inclusão digital, pois não houve registro nos *websites* indicando centros de acesso à Internet ou mesmo indicação de salas públicas oferecidas pelos próprios deputados. Infere-se, dessa forma, que os deputados analisados não atentam para a importância das políticas de inclusão digital. Marcondes e Jardim (2003) registram que o estímulo ao acesso à Internet, indicando pontos de acesso em instituições públicas ou comunitárias, constitui-se em um dos principais objetivos do governo eletrônico.

No quesito referente à disponibilidade de instruções para agendar uma audiência com o deputado, 53% dos *websites* analisados possibilitam estabelecer o contato com o político apenas no formato *on-line*, e 47% nos dois formatos (*off-line* e *on-line*). Sobre essa assertiva deduz-se, novamente, a importância da inclusão digital no processo de inserção dos indivíduos no quesito relacionado à participação política.

Quanto ao oferecimento de oportunidades de encontros presenciais (*face-a-face*) com os deputados, 84% das páginas convidam os cidadãos (em tese) para o encontro com o deputado sem a necessidade de registro prévio. Essa perspectiva

será abordada com o desdobramento da presente pesquisa, quando serão testadas as ferramentas eletrônicas para a participação política.

O *website* da deputada Antônia Pedrosa é o mais distante da concepção prevista no governo eletrônico e discutida neste trabalho, pois muitos *links* que possibilitariam a interação com os cidadãos e mesmo alguns conteúdos informacionais de cunho político estavam inativos, além de seções importantes como o *e-mail* e “Sobre a Deputada”.

Poucos foram os *websites* dos políticos que apresentaram uma estrutura mais próxima do esperado do que rege o governo eletrônico. Os deputados Heraldo Rocha (Democratas) e Zé Neto (Partido dos Trabalhadores - PT), por exemplo, obtiveram o percentual de 62% cada.

No *síte* do deputado Heraldo Rocha há uma seção para *Enquete*, TV Heraldo e o espaço do internauta, canal utilizado para sanar dúvidas, fazer proposições, entre outros recursos. No caso de Zé Neto encontra-se uma seção para a prestação de contas da campanha de 2006 (com possibilidades para *download*); informação sobre o debate público; seção “Fale com Zé” e “Rádio Zé”; agenda de compromisso e *Chat*, contudo este último estava inativo. Pode-se inferir, no entanto, o reconhecimento do deputado quanto à importância deste último canal no processo de discussão política.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A diminuição das barreiras em relação ao acesso e disseminação da informação neste âmbito, reconfigura toda a estrutura tradicional da prática política. Consultar oportunidades de emprego; contatar representantes políticos; acompanhar a utilização das verbas públicas ou propor agenda de discussão das políticas públicas torna-se possível a partir das tecnologias de informação e comunicação, na qual os governos apropriam-se desses canais para disponibilizar vários serviços aos cidadãos.

A democracia, nesse contexto, atravessa por modificações influenciadas pela cultura do ciberespaço, na qual os governos passaram a disponibilizar serviços de utilidade pública direcionados ao cidadão. Dessa forma, o governo eletrônico (*E-*

*Government, E-Gov, E-Governo*) inclui qualquer relação entre o governo e cidadão através das tecnologias de informação e comunicação, prestação de serviços públicos diversos, maior participação dos indivíduos no processo decisório, transparência nas transações governamentais e *accountability*.

A metodologia adotada na presente pesquisa mostrou-se eficiente para a análise dos dados coletados. Os resultados apresentam o estado incipiente dos *websites* dos deputados do Estado da Bahia quanto às oportunidades de participação política em rede. A ausência de fóruns de discussão nas páginas analisadas, assim como oportunidades para acessar informações governamentais, demonstra o distanciamento das propostas acerca do governo eletrônico. Parece, de qualquer forma, que os políticos estudados perceberam, ante estas inúmeras transformações, a influência que as tecnologias de informação e comunicação exercem nas sociedades contemporâneas, mesmo utilizando os recursos viabilizados pela Internet de forma limitada, amadora, sem interatividade mútua, como autêntica “vitrine” política.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, M. S.; PINHO, J. A. G. de. Sociedade da informação e democracia: procurando a *accountability* em portais municipais da Bahia. In: ENCONTRO DA ANPAD, 22., 2008. **Anais...** Rio de Janeiro, 2008. 1 CD-ROM.

BARBOSA, A. F.; FARIA, F. I. de; PINTO, S. L. Governo eletrônico: um modelo de referência para a sua implementação. In: CONGRESSO ANUAL DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO (CATI), 2004. **Anais...** São Paulo: FGV/EAESP. 15p. Disponível em:  
<<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/19564/19128>>. Acesso em: 25 jan. 2010.

BORGES, J.; NASCIMENTO, J.; SILVA, H. P. da. Análise das informações disponibilizadas no portal de serviços e informações do Governo Federal. **Diálogo Científico**, 2005. Disponível em:  
<<http://dici.ibict.br/archive/00000526/01/JoaniceJussaraHelena.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

EGLER, T. T. C. Interação eletrônica no Governo do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), 29., 2005. **Anais...** Caxambu ( MG), 2005. p.58-62  
Disponível em:<[cumincades.scix.net/data/works/att/sigradi2005\\_058.content.pdf](http://cumincades.scix.net/data/works/att/sigradi2005_058.content.pdf)>.  
Acesso em: 17 out. 2008.

FREITAS, E. de. [Política: deputado estadual]. **Brasil Escola**. Disponível em:  
<<http://www.brasilecola.com/politica/deputado-estadual.htm>>. Acesso: 20 maio  
2009.

GIDDENS, A. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da  
social-democracia. 4.ed. Rio de Janeiro, Record, 2001.

GIL, A. C. Pesquisa social. In: \_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas da pesquisa social**.  
5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, W.; MAIA, R. C. M. **Comunicação e democracia**: problemas e  
perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

GONTIJO, M. Análise da proposta brasileira de e-governo como expressão de uma  
política de informação a partir do conceito de regime de informação. **Perspectiva  
em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.7, n.2, p.179-188, jul./dez. 2002.

JARDIM, J. M. Governo eletrônico no Brasil: o portal da Rede Governo.  
**Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.28-37, jan./jun. 2007.

LEVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MARCIANO, J. L. P. Bases teóricas para a formulação de políticas de informação.  
**Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v.16, n.2, p.37-50, jun./dez. 2006.

MARCONDES, C. H.; JARDIM, J. M. Políticas de informação governamental. A  
construção de governo eletrônico na administração pública federal do Brasil.  
**DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.4, n.2, abr.  
2003.

MARQUES, J. A democracia eletrônica em dois momentos. In: LEMOS, A.  
**Cibercidade II**: Ciberurbe. A cidade na sociedade da informação. Rio de Janeiro: E-  
Papers, 2005.

\_\_\_\_\_. Internet e oportunidades de participação política: um exame dos *websites*  
de senadores brasileiros e norte-americanos. **Revista Fonteiros – Estudos  
Midiáticos**, v.IX, n.3, set./dez. 2007.

\_\_\_\_\_. **Dimensões da ciberdemocracia**: conceitos e experiências  
fundamentais. Salvador: UFBA, 2004. 202 f. Dissertação (Mestrado em  
Comunicação e Cultura Contemporânea) – Faculdade de Comunicação,  
Universidade Federal da Bahia.

MARZOUKI, M.; MÉADEL, C. La corégulation d'internet comme instrument d'action publique: democratie deliberative ou organisation des pouvoir? In: COLLOQUE INTERNATIONAL DÉMOCRATIE PARTICIPATIVE EN EUROPE. **Anais...** Toulouse, France, 2006. p.27-33

MUELLER, S. P. M. **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007.

NHARRELUGA, R. S. O governo eletrônico como uma política pública de informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.3, n.2, p.147-157, ago. 2009.

PARREIRAS, T. A. S.; CARDOSO, A. M. P.; PARREIRAS, F. S. Governo eletrônico: uma avaliação do site da Assembléia Legislativa. In: CIFORM, 5., 2004. **Anais...** Salvador, 2004. Disponível em: <<http://www.netic.com.br/docs/publicacoes/pubooo6.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2008.

PINHO, J. A. G. de. Internet, governo eletrônico, sociedade e democracia no Brasil: algumas questões básicas em debate. **Revista VeraCidade**, v.7, p.35-49, 2008.

PINHO, J. A. G. de; IGLESIAS, D. M.; SOUZA, A. C. P. de. Portais de governo eletrônico de estados o Brasil: muita tecnologia e pouca democracia. In: ENCONTRO DA ANPAD, 30., 2006. **Anais...** Salvador, 2006. 1 CD-ROM.

POLAT, R. K. The Internet and political participation: exploring the explanatory links. **European Journal of Communication**, v.4, n.20, 2005. Disponível em: <<http://ej.sagepub.com/cgi/content/abstract/20/4/435>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

SANTOS, L. A. dos. Prestação de contas, acesso a informação e participação e processo decisório governamental. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 10., 2005. **Anais...** Santiago, Chile, 2005. p.1-20

SILVA, H. et al. Inclusão Digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. **Ciência da Informação**, Brasília, v.34, n.1, p.28-36, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n1/a04v34n1.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

SILVA, R. R. G. da. **Digitalização de acervos fotográficos públicos e seus reflexos institucionais e locais**: tecnologia e consciência no universo digital. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. 281 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

TSAGAROUSIANOU, R.; TAMBINI, D.; BRYAN, C. (Eds.). **Cyberdemocracy**: technology, cities and civic networks. London: Routledge, 1998.

- 
- <sup>i</sup> A presente pesquisa adota o conceito de informação como processo dinâmico fundamental à expansão da consciência do indivíduo, proposto por Silva (2002).
- <sup>ii</sup> Gomes (2008, p.314) afirma que “[...] o adversário em geral é menos a internet e mais a retórica sobre a internet”. Os *ciberentusiasmos* afirmavam que a Internet reverteria o déficit relacionado à participação política, revigorando o processo democrático. Nessa mesma linha, Tsagarousianou, Tambini e Bryan (1998, p.42) também acreditam que a tecnologia “[...] ressuscitaria o declínio da participação cidadã na vida política, [redefinindo] a política local” [tradução nossa], através do acesso à informação relacionada aos aspectos políticos e no processo de deliberação.

**José Carlos Sales dos Santos**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Bolsista FAPESB

Instituto de Ciência da Informação

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Rua Basílio da Gama, s/n

Campus Universitário do Canela

40110-100 - Salvador - BA - Brasil

Tel.: (71) 3283-7762

Fax: (71) 3283-7748

E-Mail: jsalles@ufba.br